

Avaliação da resiliência em Psicologia: revisão do cenário científico brasileiro

Resilience Assessment in Psychology: a review of brazilian scientific scenario

Karina da Silva Oliveira^I
Tatiana de Cássia Nakano^{II}

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

Resumo

O termo resiliência tem sido utilizado para referir-se à indivíduos capazes de retomar o equilíbrio emocional após grandes adversidades. Todavia, há pouco consenso acerca da melhor forma de avaliar esta habilidade. Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar a produção científica versada à avaliação da resiliência no país. Para isto, usou-se as bases de dados: Periódicos CAPES/MEC, Scielo e Pepsic, utilizando as palavras-chave: avaliação e resiliência. Foram indicadas 314 produções, destas 31 foram selecionadas. Observou-se predominância de estudos empíricos, voltado à adultos, publicados, em sua maioria (74%), em forma de artigo. A estratégia de avaliação mais utilizada pelos pesquisadores foi a avaliação qualitativa. É possível concluir que a avaliação da resiliência é um tema em desenvolvimento no cenário nacional.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica, Resiliência, Revisão

Abstract

The term resilience refers to individuals who can regain emotional balance after great adversity. However, there is little consensus on the best way to evaluate this ability. Thus, this study aimed to analyze the scientific literature related to the assessment of the resilience in Brazil. For this, we used the databases: Periodicos CAPES / MEC, SciELO and Pepsic, using the key words: assessment and resilience. 314 productions were found and 31 of these were selected. There was a predominance of empirical studies, focused on adults, published, mostly (74%) in the form of article. The strategy most used by the researchers was the qualitative assessment. It was concluded that the assessment of resilience is a developing theme on the national scene.

Keywords: Psychological Assessment, Resilience, Review

A resiliência, foco do presente texto, tem se mostrado um construto psicológico com diversas possibilidades de investigação (Godoy, Joly, Piovezan, Dias & Silva, 2010; Infante, 2007; Masten, 2014; Prince-Embury, Saklofske & Keefer, 2017; Reppold, Mayer, Almeida & Hutz, 2012). Todavia, os estudos relacionados à compreensão desse construto ainda se mostram recentes e têm sido marcados pelo desenvolvimento de fundamentos teóricos e princípios metodológicos, de maneira que ainda se fazem presentes inúmeras lacunas e controvérsias conceituais, teóricas e metodológicas (Reppold et al., 2012), envolvendo aspectos relacionados à origem do termo, definição do constructo e possibilidades de mensuração.

O termo resiliência tem sido utilizado por diversas áreas do conhecimento (Brandão, Mahfoud & Giardonoli-Nascimento, 2011). Entretanto, no que diz respeito a área da Psicologia, Masten (2001) afirma que as primeiras pesquisas começaram a ser realizadas,

ao longo da década de 1970, por um grupo pioneiro de psicólogos e psiquiatras. O objeto de estudo, nesta época, era compreender o desenvolvimento e a evolução de condições psicopatológicas em casos, nos quais, as condições ambientais não se mostravam favoráveis ao indivíduo (Infante, 2007). Contudo, ao estudar esses indivíduos, pesquisadores encontraram, diferentemente do esperado, sujeitos que apresentavam adaptabilidade social e boas condições de saúde mental. Este desenvolvimento saudável, contrário às expectativas delineadas pelo ambiente hostil começou a ser alvo de interesse científico.

Importante destacar que historicamente os modelos teóricos em Psicologia eram insuficientes para explicar fenômenos de saúde e sobrevivência humana, dado o fato de se encontrarem apoiados em um paradigma patológico (Díaz, Giraldo & Buitrago, 2006), e, portanto, o interesse científico pela compreensão aprofundada das condições adversas e protetivas começa a se fazer presente entre pesquisadores (Poletto & Koller,

^I Atualmente cursando doutorado em Psicologia: Ciência e Profissão, sob a linha de pesquisa de Avaliação do Potencial Humano, sendo orientada pela Profa. Dra. Tatiana de Cássia Nakano. Graduada em Psicologia, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), especialista pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em Neuropsicologia Aplicada à Neurologia Infantil, e mestre em psicologia pela PUC-Campinas.

^{II} Docente do curso de pós-graduação stricto sensu em Psicologia da PUC-Campinas, pesquisadora da linha de Instrumentos e processos em avaliação psicológica. Pós Doutorado na Universidade São Francisco (2009) e Doutorado em Psicologia como Profissão e Ciência (2006) pela PUC-Campinas.

2011; Sapienza & Pedromônico, 2005; Truffino, 2010). Desde então, conceitos como ‘invulnerabilidade’, ou ainda, ‘invencibilidade’ (Poletto & Koller, 2011; Truffino, 2010) passam a ser investigados.

Ao longo das décadas seguintes, o conceito de invulnerabilidade sofreu um processo de refinamento até assumir o termo “resiliência” (Kaplan, 2002). Os delineamentos de pesquisas, assim como as compreensões acerca do fenômeno foram sendo modificadas, fazendo-se notar tanto o aprofundamento em aspectos voltados à relação entre fatores de riscos e de proteção (Sapienza & Pedromônico, 2005), bem como, em outros momentos, um enfoque prioritário em aspectos de personalidade que garantiriam a resposta positiva frente às adversidades (Masten, 2001).

A resiliência, no entanto, vai sofrer importante impulso com o surgimento do movimento científico da Psicologia Positiva (Krentzman, 2013), emergido por volta do final da década de 1990 e começo dos anos 2000, a partir da publicação do artigo denominado “*Positive Psychology: an introduction*” de Seligman e Csikszentmihalyi (2000). Neste trabalho, os autores defendiam uma alteração do paradigma psicopatológico, predominantemente utilizado em Psicologia, defendendo a necessidade de que os profissionais passassem a se dedicar à compreensão dos aspectos positivos da experiência humana (Pacico & Bastianello, 2014). É importante ressaltar que Seligman e Csikszentmihalyi (2000) não defendiam a sobreposição do paradigma positivo, em detrimento ao paradigma psicopatológico, mas sim que existisse o equilíbrio entre estas perspectivas.

Desde então, a resiliência tem sido destacada como um dos elementos foco de estudo pela Psicologia Positiva, visto que, ambos, guardados os devidos escopos de trabalho, buscam compreender os processos e fatores envolvidos no desenvolvimento psicológico sadio (Poletto, 2006). Do mesmo modo, tem-se observado um esforço de inúmeros profissionais e áreas para a construção de um conhecimento focado nos fenômenos indicativos de aspectos saudáveis, relacionados, notadamente, a sistemas de adaptação ao longo do desenvolvimento, dentre os quais pode-se destacar a resiliência (Masten, 2001).

Como resultado desse processo histórico e mudança de paradigma, é possível afirmar que, atualmente, o conceito de resiliência se mostre bastante amplo, sendo considerado como um fenômeno psicológico (Yunes, 2003) presente em todos os indivíduos (Masten, 2001, 2014), que pode se desenvolver e se manifestar ao longo do ciclo vital (Fontes, 2010; Godoy, Joly, Piovezan, Dias & Silva, 2010; Infante, 2007; Masten, 2001; Poletto, Wagner & Koller, 2004), sempre que o indivíduo for submetido à uma condição adversa

(Luthar, Cicchetti & Becker, 2000; Yunes, 2011), real ou percebida (Castillo et al., 2016). O enfrentamento das condições adversas envolverá a utilização de recursos sociais (Masten, 2001, 2014; Prince-Embury, 2006; 2010; Yunes, 2011) e individuais (Castillo et al., 2016; Gloria & Steinhardt, 2014), a fim de apresentar um desfecho positivo, ou ainda, adaptação positiva (Infante, 2007; Masten, 2001; Reppold et al., 2012).

Dada sua relevância na Psicologia, um movimento científico de busca pela construção de possibilidades de avaliação desse construto começou a ser percebido (Infante, 2007; Masten, 2001). Entretanto, diferenças sensíveis na compreensão do fenômeno da resiliência podem ser notadas. Inicialmente, a avaliação da resiliência, sob o termo de ‘invulnerabilidade’ e ‘invencibilidade’, consistia na identificação de fatores de risco e protetivos e o possível equilíbrio entre estes (Benetti & Crepaldi, 2012). Em um segundo momento, o refinamento das compreensões acerca da resiliência provocaram o entendimento de que a medição do processo de resiliência estaria intimamente relacionada tanto à avaliação das adversidades (a qual envolve a medida dos riscos, ou ainda, os eventos negativos experimentados pelo indivíduo em todos os níveis: biológicos, físicos, sociais, emocionais e desenvolvimentais) quanto a avaliação da adaptação positiva (que segue, em linhas gerais, os mesmos níveis envolvidos na avaliação das adversidades). Os primeiros seriam compreendidos como fatores de risco e, os segundos, como fatores de proteção, dentro de um modelo que considera a resiliência enquanto processo desenvolvimental, ou ainda processo de resposta resiliente (Masten, 2001).

Para Infante (2007), um aspecto importante envolve a busca pela compreensão de quais características internas, cognitivas e emocionais estariam envolvidas nesse processo, de maneira que, a autora ressalta a necessidade de que não seja atribuída, à resiliência, uma concepção de atributo pessoal, mas sim uma habilidade diretamente relacionada e influenciada pelas diferentes instâncias envolvidas na vida do indivíduo, e mais especificamente, na vida da criança.

A importância desse processo justifica-se, de acordo com Masten (2001), diante da constatação de que, ainda que todas as pessoas apresentem alguma característica resiliente, alguns indivíduos encontram dificuldades em desenvolvê-la, dado o caráter subjetivo de apreciação que uma pessoa pode conferir a uma determinada situação, assim como, pela relação estabelecida com o ambiente no qual está inserido (Yunes, 2003). Desse modo, a expressão da resposta resiliente basear-se-á principalmente na interpretação que o indivíduo faz daquele evento adverso e dos mecanismos de proteção que possui. Nesse sentido, o estudo da resiliência

marca-se pela necessidade de irmos além da identificação dos fatores de risco e impulsionarmos a busca pela compreensão dos recursos pessoais e contextuais que podem ser utilizados no enfrentamento das adversidades.

Do mesmo modo que a existência de diferenças essenciais nos pontos de vistas e compreensões acerca da resiliência se fazem presentes, tal como apontadas anteriormente, diferenças também são percebidas em relação ao processo de avaliação desse fenômeno. Consequentemente, o avanço na conceituação do construto acabou por gerar uma ampla variedade de possibilidades de medida. Diante desse quadro, uma tentativa de classificação foi feita por Reppold e colaboradores (2012), os quais propuseram a existência de, ao menos, quatro formas tradicionalmente utilizadas para a realização da aferição da resiliência: (1) obtenção de escores de testes associando-os à outras medidas de desempenho, (2) perfis de personalidade obtidos através de instrumentos de personalidade ou temperamento, (3) uso de métodos qualitativos de investigação, tal como entrevistas, análise de história de vida e avaliação realizada por terceiros, (4) demais possibilidades, tais como análise de discurso direto e indireto. Os mesmos autores, ao analisarem as escalas de autorrelato disponíveis para a avaliação da resiliência, concluíram ainda que os instrumentos avaliam, em sua maioria, características subjacentes à resiliência e não o construto diretamente em si. Buscam assim, contemplar o fenômeno conforme a sua complexidade e amplitude exigem.

Diante do exposto, considerando o papel relevante da avaliação psicológica na operacionalização e na investigação dos construtos e fenômenos, considerando também, a complexidade e a amplitude do fenômeno da resiliência, assim como as lacunas ainda encontradas em relação à sua avaliação, o presente trabalho teve como objetivo compreender como os pesquisadores nacionais têm procedido com a avaliação da resiliência, de modo a tentar caracterizar a produção científica brasileira na temática.

MÉTODO

Materialis

A fim de que fosse possível alcançar o objetivo deste estudo, realizou-se uma revisão sistemática da literatura. Assim, o levantamento das publicações relacionadas a avaliação da resiliência foi realizado em três bases de dados: Periódicos CAPES/MEC (<http://www-periodicos-capes-gov-br>), *Scientific Electronic Library Online* (<http://www.scielo.org/php/index.php?lang=pt>) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (<http://pepsic.bvsalud.org/>). Para a identificação dos estudos foi utilizada a combinação das seguintes palavras-chave “avaliação” e “resiliência”, sem limitação do período de busca. Ainda neste sentido, é importante informar que a primeira busca ocorreu em março de 2015 e, a última, em julho de 2017.

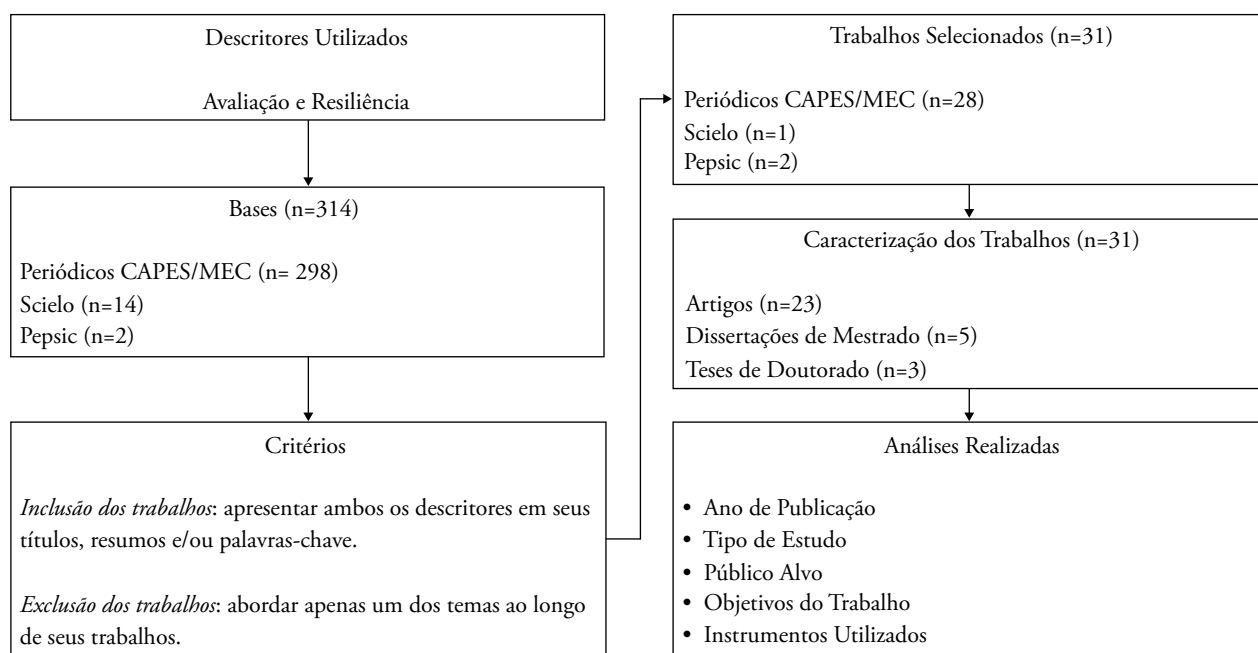


Figura 1

Fluxograma referente ao delineamento da seleção dos artigos desta revisão bibliográfica.

Os resultados indicaram a presença de 314 produções, distribuídas da seguinte forma nas bases selecionadas: 298 provenientes da base Periódicos CAPES/MEC, 14 na Scielo e duas publicações na Pepsic. Dada a presença de trabalhos que não se relacionavam diretamente à temática, a análise dos títulos, resumos e palavras-chaves foi realizada a fim de identificar as produções que apresentassem, simultaneamente, os dois descritores, tal ação teve como objetivo favorecer a identificação dos trabalhos, cujo foco, fosse a avaliação da resiliência em psicologia. Desse modo foram excluídos os trabalhos que apresentavam apenas uma das palavras chaves, ou seja, aqueles que apresentaram somente o termo “resiliência” ou “avaliação”, e ainda, que tratassem do conceito da resiliência em outras áreas do conhecimento.

Dos 314 trabalhos encontrados, 31 atendiam aos critérios supracitados, os quais estavam distribuídos da seguinte forma: 28 trabalhos eram provenientes da base Periódicos CAPES/MEC, dois da Pepsic e um da Scielo), sendo 23 artigos (74%), cinco dissertações de mestrado (16%) e três teses de doutorado (10%). Tais trabalhos foram analisados no presente estudo.

Procedimentos

Os trabalhos foram analisados em relação a uma série de características, cujos resultados foram, posteriormente, tabulados em termos de frequência e porcentagem:

- ano da publicação: ano em que o trabalho foi publicado (no caso de artigos) e que aconteceu a defesa (no caso de teses e dissertações);
- tipo de estudo: empíricos ou teóricos;
- população estudada: de acordo com a faixa etária (crianças, adolescentes, adultos);
- temática: temática abordada em cada estudo;
- tipo de publicação: artigo, dissertação ou tese e;
- instrumentos utilizados: nome do instrumento, método ou técnica.

RESULTADOS

A primeira análise realizada teve como objetivo verificar o interesse científico acerca da temática da avaliação da resiliência. Como forma de atingi-lo foi realizada a análise da distribuição dos trabalhos por ano de publicação. Os resultados indicaram que a primeira publicação brasileira sobre a avaliação da resiliência aparece no ano de 1999. Pode-se verificar que, ao longo do período compreendido entre a primeira publicação e a mais recente encontrada (1999-2014, em um total de 16 anos), o número de trabalhos localizados pode ser considerado pequeno, uma média de 1,93 por ano. Os dados são apresentados na Figura 2.

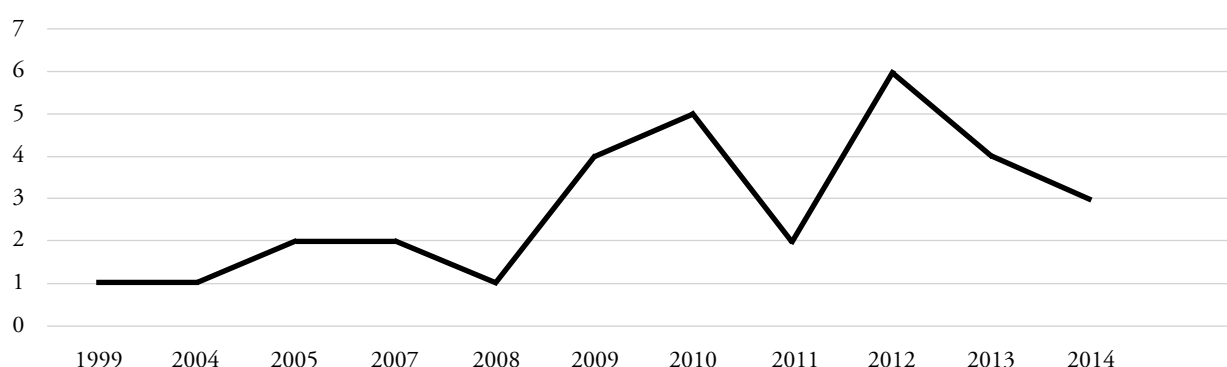


Figura 2

Frequência das produções por ano de publicação.

De acordo com a Figura 2, pode-se observar picos de publicações nos anos de 2010 (n=5) e 2012 (n=6), ainda que o crescimento não se mostre linear. Não foram encontradas produções entre o período de

2000 a 2003 e no ano de 2006. Nota-se crescimento do interesse na temática notadamente a partir do ano de 2009, com exceção do ano de 2011, quando há uma queda no número de produções.

Posteriormente, os trabalhos foram analisados quanto ao tipo de estudo. Para isto, foi realizada a análise da frequência das produções empíricas e teóricas. Dos 31 trabalhos analisados, 80% mostraram-se de natureza empírica (n=25), concordando com os dados apresentados por Lopes e Martins (2011). Tomando-se os estudos teóricos encontrados (20% do total), pôde-se perceber que os mesmos buscam refletir a respeito da complexidade do constructo da resiliência (Liborio & Ungar, 2010), a interface da resiliência com a avaliação e intervenção familiar (Charepe & Figueiredo, 2010), o levantamento de instrumentos existentes para aferição do constructo (Reppold, Mayer, Almeida, & Hutz, 2012; Scorsolini-Comin & Santos, 2010), assim como, o levantamento teórico acerca do desenvolvimento de crianças brasileiras nascidas pré-termo e de muito baixo peso (Custódio, Crepaldi, & Cruz, 2012).

Posteriormente, os trabalhos foram analisados em relação à população alvo. Os resultados indicaram que, dentre esses estudos, a maior parte volta-se a investigação da resiliência em adultos (56%), ainda que estudos com crianças (24%) e adolescentes (20%) também se façam presentes. Em seguida, a temática abordada em cada estudo foi categorizada. Assim sendo, observou-se que 29,03% dos trabalhos tratavam da avaliação de características resilientes associadas a fatores de risco e de proteção. Outras 22,58% das produções avaliaram as características resilientes em famílias ou grupos familiares. Também 22,58% dos trabalhos tiveram como objetivo principal a construção

ou adaptação de instrumentos. Foram identificados, em menor número, estudos voltados à avaliação da resiliência frente ao estresse (6,45%), em ambiente empresarial (6,45%), associada à qualidade de vida (6,45%), frente às condutas suicidas (3,22%) e estudos de levantamento teórico (3,22%).

A análise seguinte visou o levantamento dos instrumentos e técnicas utilizadas e análise da frequência com a qual foram mencionados. Foram encontrados 61 diferentes instrumentos e técnicas, listados nos 31 trabalhos analisados, de maneira que mais de um instrumental pode ter sido utilizado em cada pesquisa. Os resultados mostraram que a forma de avaliação mais comumente empregada foi a avaliação qualitativa da resiliência (20%), composta por entrevistas com os sujeitos, familiares e pessoas próximas e análise de histórias de vida.

Ainda no que diz respeito as técnicas para avaliação da resiliência, um instrumento bastante utilizado foi a Escala de Resiliência de Wagnild e Young (1993) que foi citada em cinco publicações (8%), seguida do Inventário de Avaliação da Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde (n=4). Os instrumentos que compõem o quarto e quinto lugar em frequência de uso foram a Escala de Resiliência para Adultos (Pereira, Cardoso, Alves, Narciso & Canavarro, 2013) e a *Connor-Davidson Resilience Scale* (Lopes & Martins, 2011), ambos presentes em 5% dos estudos analisados. Os demais instrumentos encontrados nos trabalhos analisados, podem ser verificados na Tabela 1.

Tabela 1

Instrumentos citados nos trabalhos analisados.

Instrumento	Frequência	Porcentagem
Avaliação qualitativa (entrevistas, história de vida e demais estratégias)	12	20
Resilience Scale	5	8
Instrumento de Avaliação da Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde – WHOQOL-Bref	4	7
Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC)	3	5
Escala de Resiliência para Adultos (ERA)	3	5
Family Background Questionnaire (FBQ)	2	3
Inventário de Depressão Beck (BDI)	2	3
Inventário de Estilos Parentais	2	3
Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI)	2	3
Adolescent Resilience Scale	1	2
CARE-Index (CCI)	1	2
Child Abuse and Trauma Scale (CAT)	1	2
Child Psychosocial Distress Screener (CPDS)	1	2
Child Health and Illness Profile, Child Edition (CHIP-CE)	1	2

Deployment Risk and Resilience Inventory (DRRI)	1	2
Escala Comportamental Infantil A2 de Rutter	1	2
Escala de Ajustamento Diádico Revista (EAD-R)	1	2
Escala de Auto-Eficácia Geral Percepcionada (EAEGP)	1	2
Escala de Eventos Adversos	1	2
Functional Assessment of Multiple Sclerosis	1	2
California Healthy Kids Survey Resilience Assesment Module (HKSRA)	1	2
Inventário de Recursos no Ambiente Familiar	1	2
Inventário de Socialização Organizacional (ISO)	1	2
Inventário Multidimensional de Coping	1	2
Inventário de Percepções Adolescentes (IPA)	1	2
Minnesota Multiphasic Personality Inventory 2 (MMPI-2)	1	2
Parental Bonding Instrument (PBI)	1	2
Perceived Stress Scale (PSS)	1	2
Positive and Negative Suicide Ideation (PANSI)	1	2
Questionário de Coping em Diferentes Situações	1	2
Questionário de Reivich e Shatté	1	2
Questionário de Suporte Social	1	2
Sentido Interno de Coerência (SIC)	1	2
Suicide Behavior Questionnaire Revised (SBQR)	1	2
Suicide Resilience Inventory (SRI)	1	2
Total	61	100

Ainda que, aparentemente, um grande número de instrumentos tenha sido localizado nas pesquisas, ressalva deve ser feita após a análise dos mesmos. Somente parte deles assumem-se, de modo direto, como propostas de avaliação da resiliência (*Resilience Scale*, *Connor-Davidson Resilience Scale*, Escala de Resiliência para Adultos, *Adolescent Resilience Scale*, *Deployment Risk and Resilience Inventory* e *Suicide Resilience Inventory*), ou seja, menos de 10% dos instrumentais citados nos estudos. Os demais envolveram instrumentos que avaliam outros construtos, associados ou não à resiliência. Nesse sentido, torna-se importante ressaltar que, embora os trabalhos analisados tivessem, como foco, tal construto (tendo sido localizados a partir da presença dessa palavra chave), nem sempre a resiliência se mostrou construto principal enfocado.

Com a finalidade de aprofundar os dados extraídos nesta análise, optou-se por apresentar um breve relato dos principais instrumentos de avaliação da resiliência que foram identificados. A Escala de Resiliência de Wagnild e Young (1993) foi o instrumento mais utilizado pelos pesquisadores brasileiros na condução de seus estudos, conforme apresentado na Tabela 1. Originalmente denominada de “*The Resilience Scale*”, o instrumento tem como principal objetivo avaliar níveis de adaptação psicossocial positiva em condições,

situações e eventos adversos (Deep & Pereira, 2012). A escala foi adaptada para a realidade brasileira por Pesce, Assis, Avanci, Santos, Malaquias e Carvalhaes (2005). É importante ressaltar que, embora o instrumento esteja adaptado à população e que apresente boas evidências de validade e confiabilidade, até o presente momento, a escala não elenca a lista de instrumentos aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia, por meio do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI).

O segundo instrumento mais citado foi a escala “*The Connor-Davidson Resilience Scale – CD-RISC*” desenvolvida por Connor e Davidson (2003). Segundo os autores o instrumento foi construído a partir da necessidade de mensurar o potencial resiliente de um indivíduo exposto a uma experiência traumática que possa desencadear respostas típicas de quadros depressivos, ansiosos e de estresse pós-traumático. Na literatura nacional foi identificado um único estudo de busca por evidências de validade para uso na população brasileira, realizado por Lopes e Martins (2011), não se encontrando disponível para uso profissional. A “*Resilience Scale for Adults – RSA*” é um instrumento norueguês. A escala foi construída com o intuito de oferecer, aos psicólogos, uma medida de resiliência que favorecesse a avaliação dos fatores protetivos individuais e sociais (Hjemdal, Roazzi, Dias & Friberg, 2015).

O instrumento foi adaptado à cultura portuguesa por Pereira, Cardoso, Alves, Narcioso e Canavarro (2013), sendo que, os autores ao traduzirem a escala, optaram por chamá-la de Escala de Resiliência para Adultos (ERA). No que diz respeito à população brasileira, Hjemdal, Roazzi, Dias e Friborg (2015) foram responsáveis por realizar a adaptação cultural do instrumento original. Os autores afirmam que apesar dos resultados promissores, o instrumento ainda deve ser submetido a outros estudos a fim de que possa ser considerado apto para uso em âmbito nacional.

Dentre os instrumentos citados há menção à escala *Adolescent Resilience Scale – ARS*, que foi desenvolvida por Oshio, Kaneko, Nagamine e Nakaya (2003) com a finalidade de avaliar a resiliência em estudantes de nível secundário a jovens adultos que tivessem experimentado eventos negativos em suas histórias de vida. Cabe apontar que não foram encontrados outros estudos com este instrumento, ou ainda, estudos de adaptação para a população brasileira.

O instrumento “*Deployment Risk and Resilience Inventory*” foi desenvolvido com o objetivo de avaliar características de risco e potencial resiliente na comunidade militar e veteranos de guerra nos Estados Unidos (King, King, Vogt, Knight, & Samper, 2006). Os autores apresentam estudos voltados às propriedades psicométricas dos instrumentos e ainda que o instrumento seja citado por pesquisadores brasileiros (Reppold et al., 2012) não foi encontrado nenhum estudo nacional com o teste.

E finalmente, o inventário “*Suicide Resilience Inventory*” tem como principal objetivo avaliar a resiliência em adolescentes e jovens adultos frente ao suicídio (Osman, Gutierrez, Muehlenkamp, Dix-Richardson, Barrios, & Kopper, 2004). Em âmbito nacional, há um estudo de busca por evidências de validade do instrumento (Prieto, 2007). O estudo investigou a precisão do instrumento, por meio da análise do alpha de Cronbach, o qual apresentou um valor de 0,91. Sendo assim, a autora considera que o instrumento apresenta bom nível de confiabilidade. Importante ressaltar que não foram encontrados outros estudos referentes à adaptação e demais propriedades psicométricas. Assim como não se encontra aprovado junto ao SATEPSI.

Os demais instrumentos identificados nas pesquisas, apesar de terem sido utilizados nos trabalhos analisados, se constituem, na realidade, em técnicas e testes que avaliam diferentes construtos e não a resiliência em si. Diferentes construtos que vem sendo apontados na literatura como fatores de risco e proteção e, portanto, tomados como uma medida indireta do construto da

resiliência, foram encontrados. Considerando-se que, ao limitar a busca por meio do uso do descritor “resiliência”, os autores julgaram pertinente apresentar todos os construtos e instrumentos encontrados nas pesquisas analisadas, a fim de que um quadro mais amplo de como a área de avaliação da resiliência se encontra atualmente no Brasil.

Assim, o que pode ser verificado é a presença de instrumentos para avaliar qualidade de vida (WHOQOL-Bref), suporte familiar (FBQ), depressão (BDI), estilos parentais (Inventário de Estilos Parentais), sintomas psicopatológicos (BSI), abuso e trauma infantil (CAT), dificuldades psicossociais (CPDS), ajustamento (EAD-R), auto-eficácia (EAEGP), socialização (ISO), *coping* (Inventário Multidimensional de Coping; Questionário de Coping em Diferentes Situações), personalidade (MMPI-2), estresse (PSS), ideação suicida (PANSI), suporte social (Questionário de Suporte Social), coerência (SIC) e comportamento suicida (SBQR), tal como é possível observar ao longo da Tabela 1.

DISCUSSÃO

Os dados encontrados confirmam a percepção de que o conceito ainda se encontra em desenvolvimento (Yunes, 2003), sendo um termo relativamente novo na Psicologia (Brandão et al., 2011; Sapienza & Pedromônico, 2005). No Brasil, pode-se notar que o interesse científico pela temática se instala com quase uma década de atraso, visto que, mundialmente sua ascensão inicia-se na década de 1990 (Pesce et al., 2005), tendo sido impulsionado, nos últimos anos, pelo crescimento do movimento associado à Psicologia Positiva (Krentzman, 2013). Faz-se possível notar que o surgimento de publicações sobre resiliência no contexto nacional coincide com a divulgação mais intensa desse movimento e seu fortalecimento em nosso país, conforme apontado por Paludo e Koller (2011). Considerando-se a colocação de Yunes (2003), de que, somente na última década os encontros internacionais têm trazido esse construto para discussão científica, podemos verificar que os dados encontrados nas bases nacionais pesquisadas acompanham essa tendência apontada pela autora.

Conforme apresentado anteriormente, 80% dos trabalhos mostraram-se de natureza empírica, concordando com os dados apresentados por Lopes e Martins (2011) nos quais os autores apontam para esta tendência nos focos de investigação. Faz-se necessário ponderar, que a análise, aqui apresentada, envolveu somente produções nacionais e que, nosso país não tem tradição no

desenvolvimento de modelos teóricos, de modo que os dados encontrados se justificam. Entretanto, lacuna pode ser citada em relação à ausência de trabalhos teóricos que se propusessem a discutir ou ampliar o conceito de resiliência, bem como apresentar seus modelos teóricos e consequentes formas de avaliação.

Observou-se que, do ponto de vista da população investigada, os dados encontrados, na presente análise, contrariam os dados encontrados na literatura científica. Segundo esta, a maioria das investigações têm sido focadas nas crianças nascidas e criadas em condições de extrema pobreza (Valdebenito, Loizo & Garcia, 2007). Vergara (2008) também corrobora esta compreensão sobre o foco de investigações na população infantil, afirmando que a maior parte dos estudos sobre resiliência tem sido realizada por psicólogos, médicos, pedagogos com foco em crianças e jovens. Também Infante (2007) afirma que o tema é mais comumente investigado na infância, a fim de compreender de que maneira crianças e adolescentes são capazes de enfrentar e superar situações extremas de adversidades.

Todavia, este dado não foi observado na análise das produções investigadas. Tal fato pode ser justificado perante a constatação de Carvalho, Teodoro e Borges (2014), os autores afirmam que o estudo voltado ao tema da resiliência envolve a compreensão das relações dinâmicas existentes entre os comportamentos adaptados, as condições de risco e os mecanismos de proteção, de modo que se mostraria mais adequada a condução de pesquisas em avaliação da resiliência com adultos, tendo em vista que há uma história pregressa que favorece a identificação de comportamentos resilientes. Desta forma, considerando que o foco das análises apresentadas no presente estudo, envolveram a compreensão de métodos de avaliação da resiliência, é coerente que o enfoque no período de vida adulta tenha sido predominante nos estudos investigados.

Por sua vez, os resultados observados por meio da análise das temáticas investigadas nos estudos, apontou para a predominância de trabalhos que buscam investigar os processos resilientes em situações de vulnerabilidade, risco e proteção, assim como, em famílias em situação de risco, destacados na literatura nacional como os principais focos da pesquisa na temática (Polleto & Koller, 2011). No que diz respeito aos resultados relacionados às técnicas frequentemente utilizadas pelos pesquisadores, nota-se que a forma de avaliação mais comumente empregada foi a avaliação qualitativa, composta por entrevistas com os sujeitos, familiares e pessoas próximas e análise de histórias de vida, este

dado corrobora a percepção encontrada na literatura especializada (Reppold et al., 2012).

A partir das descrições dos instrumentos, é possível observar que tais técnicas se tratam de obras desenvolvidas internacionalmente. Dos seis instrumentos mais frequentes nas publicações consultadas, quatro se voltam à avaliação direta da resiliência e apresentam estudos iniciais de adaptação à população brasileira e/ou estudos de investigação de suas qualidades psicométricas. Os demais, ou seja, a maior parte dos instrumentos empregados nas pesquisas, avaliam outros construtos, relacionados ou não à resiliência. Nesse sentido, é oportuno informar que não é possível afirmar que tais instrumentos sejam capazes de aferir objetivamente tal construto, ainda que possam contribuir para o processo de avaliação enquanto medidas adjacentes à esta.

Entretanto, diante da ausência de instrumentos específicos de avaliação do construto, aprovados para uso pelo CFP e disponibilizados para uso profissional, uma hipótese que se estabelece envolve o fato dos pesquisadores acabarem por fazer uso de instrumentos que avaliam construtos próximos ou relacionados. Faz-se necessária a criação e adaptação de instrumentos específicos para avaliação da resiliência para uso na população brasileira, assim como a condução de estudos voltados à investigação de suas qualidades psicométricas, tal como determina o Conselho Federal de Psicologia (2003).

Desse modo é possível observar que a avaliação do constructo da resiliência no âmbito nacional ainda se caracteriza como um campo em desenvolvimento. Neste sentido, a urgência no desenvolvimento de medidas adequadas ao construto, a fim de que sejam ampliados os estudos frente ao tema, é recomendada (Pesce, Assis, Avanci, Santos, Malaquias & Carvalhaes, 2005). Somente assim será possível construir uma linguagem comum e consolidar os achados.

Considerando-se que o conceito de resiliência encontra pouco consenso acerca de sua definição, apresentando-se muitas vezes, como contraditórias, associando a expressão da resiliência a fatores tais como adaptação e superação, inato e adquirido, permanente e circunstancial (Junqueira & Deslandes, 2003), consequentemente faz-se notar também pouco consenso quanto à melhor forma de proceder com a avaliação. A diversidade de instrumentos e técnicas, assim como de construtos envolvidos, encontrada nesse levantamento de estudos nacionais, confirma essa percepção. Como consequência, Lopes e Martins (2011) afirmam que a divergência conceitual é refletida nas maneiras de mensuração existentes, sendo, essa, uma área que ainda demanda investimento por parte dos pesquisadores

brasileiros. Nesse sentido, tais dados também confirmam a opinião apresentada por Reppold et al. (2012), de que a maior parte dos instrumentos disponíveis avalia construtos associados e/ou características subjacentes à resiliência e não o construto em si, tal como foi possível observar na Tabela 1. De modo que esta realidade, a de mensurar a resiliência por meio de medidas indiretas, e não através de medidas objetivas, caracteriza-se como uma lacuna importante no cenário nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No levantamento aqui apresentado, foi possível observar um interesse crescente pela resiliência expresso nas publicações, notadamente na última década, assim como um empenho dos pesquisadores em definir o conceito de forma mais clara e consensual e a busca por possibilidades de realizar sua avaliação com segurança. Todavia, a falta de um conceito comum e de concordância dos pesquisadores frente ao conceito, aponta para diferentes possibilidades de estudo e para a amplitude de pesquisas aqui relatada, seja em relação ao tipo de estudo, população alvo, temática envolvida ou instrumento/técnica utilizada.

Considerando-se que, no presente estudo, ao optar-se por realizar a análise dos dados a partir de palavras chaves bastante específicas é possível que estudos que tratam da avaliação da resiliência de forma indireta não tenham sido contemplados. Do mesmo modo, dado o fato de que muitas bases de dados se tornaram eletrônicas somente nos últimos anos, muitos trabalhos podem ter sido excluídos da busca, ainda que, em sua maior parte, os resultados tenham confirmado a percepção da literatura científica sobre as tendências da área.

Diante dessas limitações, as quais restringem a possibilidade de generalização dos resultados, sugere-se a condução de outros estudos a fim de que as compreensões aqui expostas possam ser ampliadas, envolvendo, por exemplo, outros descritores, outras bases de dados ou ainda novas categorias de análise. Sugere-se ainda a ampliação da revisão de pesquisas, ampliando-a para o cenário internacional, a fim de que os dados aqui relatados possam ser confirmados e expandidos.

Indiferente à essas limitações expostas, o que se faz notar é que a temática da resiliência tem se mostrado, cada vez mais, foco de interesse de pesquisadores das mais diferentes áreas, notadamente na Psicologia, dada sua capacidade de atuar enquanto recurso de proteção e desenvolvimento para os indivíduos. Por tal motivo merece ser melhor investigada, dentro de um enfoque mais atual da Psicologia Positiva.

REFERÊNCIAS

- Affi, T. O., & MacMillan, H. L. (2011). Resilience following child maltreatment: a review of protective factors. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 56 (5), 266-272. doi: 10.1177/070674371105600505.
- Brandão, J. M., Mahfoud, M., & Gianordoli-Nascimento, I. F. (2011). A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. *Paidéia*, 21 (49), 263-271. doi: 10.1590/S0103-863X2011000200014.
- Cardozo, G., & Dubini, P. (2006). Promoción de salud y resiliencia en adolescentes desde el ámbito escolar. *Psicodebate*, 7, 21-39.
- Carvalho, V. D., Teodoro, M. L. M., & Borges, L. O. (2014). Escala de resiliência para adultos: aplicação entre servidores públicos. *Avaliação Psicológica*, 13(2), 287-295.
- Castro, E. K., & Moreno-Jimenez, B. (2007). Resiliencia en niños enfermos crónicos: aspectos teóricos. *Psicología em Estudo*, 12 (1), 81-86.
- Charepe, Z. B., & Figueiredo, M. H. J. S. (2010). Promoción de la esperanza y resiliencia familiar: prácticas apreciativas. *Investigación y Educación en Enfermería*, 28, 250-257.
- Connor, K. M., & Davidson, J. R. T. (2003). Development of a new resilience scale: the Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC). *Depression and Anxiety*, 18(1), 71-82. doi: 10.1002/da.10113.
- Custódio, Z. A. O., Crepaldi, M. A., & Cruz, R. M. (2012). Desenvolvimento de crianças nascidas pré-termo pelo teste Denver-II: revisão da produção científica brasileira. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25 (2), 400 – 406. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722012000200022>
- Deep, C. A. F. N., & Pereira, I. (2012). Adaptação da “The Resilience Scale” para a população adulta portuguesa. *Psicologia USP*, 23 (2), 417 – 433. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642012005000008>.
- Díaz, S. C. P., Giraldo, A. F. R. & Buitrago, H. C. (2006). Factores resilientes asociados al rendimiento académico en estudiantes pertenecientes a la Universidad de Sucre. *Psicología Caribe*, 17, 196-219.
- Fiorentino, M. T. (2008). La construcción de la resiliencia en el mejoramiento de la calidad de vida y la salud. *Suma Psicológica*, 15(1), 95-114. <http://dx.doi.org/10.14349/sumapsi2008.18>
- Greco, C., Morelato, G., & Ison, M. (2006). Emociones positivas: una herramienta psicológica para promocionar el proceso de resiliencia infantil. *Psicodebate: Psicología, Cultura y Sociedad*, 7, 81-94.

- Hjemdal, O., Roazzi, A., Dias, M. G. B. b., & Friborg, O. (2015). The cross-cultural validity of the Resilience Scales for Adults: a comparison between Norway and Brazil. *BMC Psychology*, 3 (18), 2 – 9. <https://doi.org/10.1186/s40359-015-0076-1>
- Infante, F. (2007). A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In A. Melillo & E. N. S. Ojeda (Orgs.), *Resiliência – descobrindo as próprias fortalezas* (p. 23 – 38). Porto Alegre: Artmed.
- Junqueira, M. F. P. S., & Deslandes, S. F. (2003). Resiliência e maus tratos à criança. *Cadernos de Saúde Pública*, 19 (1), 227-235. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2003000100025>
- King, L. A., King, D. W., Vogt, D. S., Knight, J., & Samper, R. E. (2006). Deployment risk and resilience inventory: A collection of measures for studying deployment-related experiences of military personnel and veterans. *Military Psychology*, 18(2), 89-120.
- Krentzman, A. R. (2013). Review of the application of Positive Psychology to substance use, addiction, and recovery research. *Psychology of Addictive Behaviors*, 27 (1), 151 – 165. doi: 10.1037/a0029897
- Liborio, R. M. C., & Ungar, M. (2010). Resiliência oculta: a construção social do conceito e suas implicações para práticas profissionais junto a adolescentes em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23 (3), 476 – 484. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722010000300008>
- Lopes, V. R., & Martins, M. C. F. (2011). Validação fatorial da Escala de Resiliência Connor-Davidson (Cd-Risc-10) para brasileiros. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 11 (2), 36-50.
- Luthar, S.; Cicchetti, D.; Becker, B. (2000). The Construct of resilience: A critical evaluation and guidelines for future work. *Child Development*, 71 (3), 543-558.
- Masten, A. S. (2001). Ordinary magic: resilience processes in development. *American Psychologist*, 56 (3), 227-238.
- Oliveira, M. A., & Nakano, T. C. (2011). Revisão sobre criatividade e resiliência. *Temas em Psicologia*, 19 (2), 467-479.
- Oshio, A., Kaneko, H., Nagamine, S., & Nakaya, M. (2003). Construct validity of the Adolescent Resilience Scale. *Psychological Reports*, 93 (1), 1217-1222. doi: 10.2466/PR0.93.7.1217-1222
- Osman, A., Gutierrez, P. M., Muehlenkamp, J. J., Dix-Richardson, F., Barrios, F. X. & Kopper, B. (2004). Suicide resilience inventory – 25: development and preliminary psychometric properties. *Psychological Reports*, 93 (3), 1349 – 1360. doi: 10.2466/PR0.94.3.1349-1360
- Paludo S., & Koller, S. H. (2011). Psicologia positiva, emoções e resiliência. in Dell’Aglia, D. D., Koller, S. H., & Younes, M. A. M. (2011). *Resiliência e Psicologia Positiva: interfaces do risco à proteção* (pp. 69 – 86). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pereira, M., Cardoso, M. Alves, S., Narciso, I., & Canavarro, M. C. (2013). *Estudos preliminares das características psicométricas da Escala de Resiliência para Adultos (ERA)*. Coimbra: Associação Portuguesa de Psicologia. Retirado de: <http://hdl.handle.net/10316/23602>
- Pereira, M., Cardoso, M., Alves, S., Narciso, I., & Canavarro, M. C. (2013). Estudos preliminares das características psicométricas da Escala de Resiliência para Adultos (ERA). in A. Pereira, M. Calheiros, P. Vagos, I. Direito, S. Monteiro, C. F. Silva, & A. Gomes (Eds.), *Livro de atas do VIII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* (pp.93-103). Aveiro: Associação Portuguesa de Psicologia.
- Pesce, R. P., Assis, S. G., Santos, N., & Oliveira, R. V. C. (2005). Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20 (2), 135-143. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722004000200006>
- Poletto, M. & Koller, S. H. (2011). Resiliência: uma perspectiva conceitual e histórica in Dell’Aglia, D. D., Koller, S. H. & Yunes, M. A. M. (2011). *Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco a proteção* (p. 19 – 44). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Poletto, M., Wagner, T. M. C., & Koller, S. H. (2004). Resiliência e desenvolvimento infantil de crianças que cuidam de crianças: uma visão em perspectiva. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20 (3), 241-250. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722004000300005>
- Prince-Embury, S. (2010). Introduction to special issue: assessing resiliency in children and adolescents. *Journal of Psychoeducational Assessment*, 28 (4), 287-290. <https://doi.org/10.1177/0734282910366830>
- Prince-Embury, S., Saklofske, D. H., & Keefer, K. V. (2017). Tree-factor model of personal resilience. In. U. Kumar (Ed.), *The Routledge International Handbook of Psychosocial Resilience* (pp. 118-141). New York: Taylor & Francis Group.
- Prieto, D. Y. C. (2007). Indicadores de proteção e risco para suicídio por meio de escalas de autorrelato. (Tese de Doutorado). Retirado de: <http://hdl.handle.net/10482/1781>.
- Reppold, C. T., Mayer, J. C., Almeida, L. S., & Huts, C. S. (2012). Avaliação da resiliência: controvérsia em

- torno do uso de escalas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25 (2), 248 – 255. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722012000200006>
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2010). The scientific study of happiness and health promotion: An integrative literature review. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 18(3), 472-479. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692010000300025>
- Sapienza, G., & Pedromônico, M. R. M. (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo*, 10 (2), 209-216. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722005000200007>
- Seligman, M., & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology: an introduction. *American Psychologist*, 55 (1), 5-14. doi: 10.1037/0003-066X.55.1.5
- Truffino, J. C. (2010). Resiliencia: una aproximación al concepto. *Psiquiatría y Salud Mental*, 3 (4), 145 – 151. doi: 10.1016/j.rpsm.2010.09.003
- Valdebenito, E., Loizo, J. M., & García, O. (2007). Factores de resiliencia en familias de personas detenidasdesaparecidas en la dictadura militar 1976-1983 en la Provincia de San Luis. *Revista electrónica de psicología política*, 5 (15). Recuperado em 23 de Outubro, 2010, de pepsic.homolog.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S166935822007000300005&lng=pt&nrm=isso
- Vergara, S. C. (2008). A resiliência de profissionais angolanos. *Revista de Administração Pública*, 42 (4), 701 – 718.
- Wagnild G. M., & Young H. M. (1993). Development and psychometric evaluation of the Resilience Scale. *Journal of Nursing Measurement*, 1 (2), 165–178.
- Yunes, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8(1), 75-84.

Endereço para correspondência:

Karina da Silva Oliveira
Avenida John Boyd Dunlop, s/nº
Jd. Ipaussurama, Campinas/SP
E-mail: karina_oliv@yahoo.com.br

Recebido em 04/10/2017

Aceito em 31/10/2017